



## **República, corpo e espaço urbano: possibilidades para pensar a educação dos sentidos e das sensibilidades nas reformas de Jerônimo Monteiro em Vitória/ES (1908-1912)**

Republic, Body, and Urban Space: possibilities for thinking about the education of the senses and sensibilities in Jerônimo Monteiro's Reforms in Vitória, Espírito Santo (1908-1912)

República, cuerpo y espacio urbano: posibilidades para pensar la educación de los sentidos y de las sensibilidades en las reformas de Jerônimo Monteiro en Vitória, Espírito Santo (1908-1912)

Michel Binda Beccalli

Secretaria de Estado de Educação do Espírito Santo; Rede de Ensino Doctum (Brasil)

<https://orcid.org/0000-0003-1193-7715>

<http://lattes.cnpq.br/4795736854523875>

[michelbeccalli@gmail.com](mailto:michelbeccalli@gmail.com)

Omar Schneider

Universidade Federal do Espírito Santo (Brasil)

<https://orcid.org/0000-0003-4146-7216>

<http://lattes.cnpq.br/5707926073087346>

[omarvix@gmail.com](mailto:omarvix@gmail.com)

### **Resumo**

Este artigo trata de uma revisão de produções disponíveis na Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD) e no acervo do Centro de Memória da Educação Física e do Esporte Capixaba (Cemefec) a respeito da relação entre corpo e cidade, no período de 1908 a 1912, no contexto do Espírito Santo, sobretudo em Vitória. As produções se concentram, majoritariamente, sobre o processo de escolarização, para dialogar com a educação do cidadão republicano. Embora haja algumas incursões no sentido de reconhecer o caráter pedagógico da cidade, esse aspecto não foi tomado como objeto de análise. É possível identificar possibilidades de investigação da educação dos sentidos e das sensibilidades, reconhecendo o espaço urbano e as intervenções nele produzidas como dispositivos de educação do corpo e do cidadão republicano.

**Palavras-chave:** Corpo; República; Espaço Urbano; Educação.

## Abstract

This review examines the researches available in the Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD) and the collection of the Centro de Memória da Educação Física e do Esporte Capixaba (CEMEFEC) regarding the relationship between the body and the city from 1908 to 1912, in the context of Espírito Santo, particularly in Vitória. The productions predominantly focus on the process of schooling to engage with the education of the republican citizen. Although there are some attempts to recognize the pedagogical nature of the city, this aspect has not been analyzed as the main subject. It is possible to identify research opportunities in the education of senses and sensibilities, recognizing the urban space and the interventions made within it as tools for educating the body and the republican citizen.

**Keywords:** Body; Republic; Urban Space; Education.

## Resumen

Este artículo aborda una revisión de producciones disponibles en la Biblioteca Digital Brasileña de Tesis y Disertaciones (BDTD) y en el acervo del Centro de Memoria de la Educación Física y del Deporte Capixaba (Cemefec) sobre la relación entre cuerpo y ciudad, en el período de 1908 a 1912, en el contexto del Espírito Santo, particularmente en Vitória. Las producciones se centran, mayoritariamente, en el proceso de escolarización, dialogando con la educación del ciudadano republicano. Aunque existen algunas incursiones para reconocer el carácter pedagógico de la ciudad, este aspecto no ha sido tomado como objeto de análisis. Es posible identificar oportunidades de investigación sobre la educación de los sentidos y las sensibilidades, reconociendo el espacio urbano y las intervenciones realizadas en él como dispositivos de educación del cuerpo y del ciudadano republicano.

**Palabras clave:** Cuerpo; República; Espacio Urbano; Educación.

Recebido: 16/10/2025

Aprovado: 27/02/2026

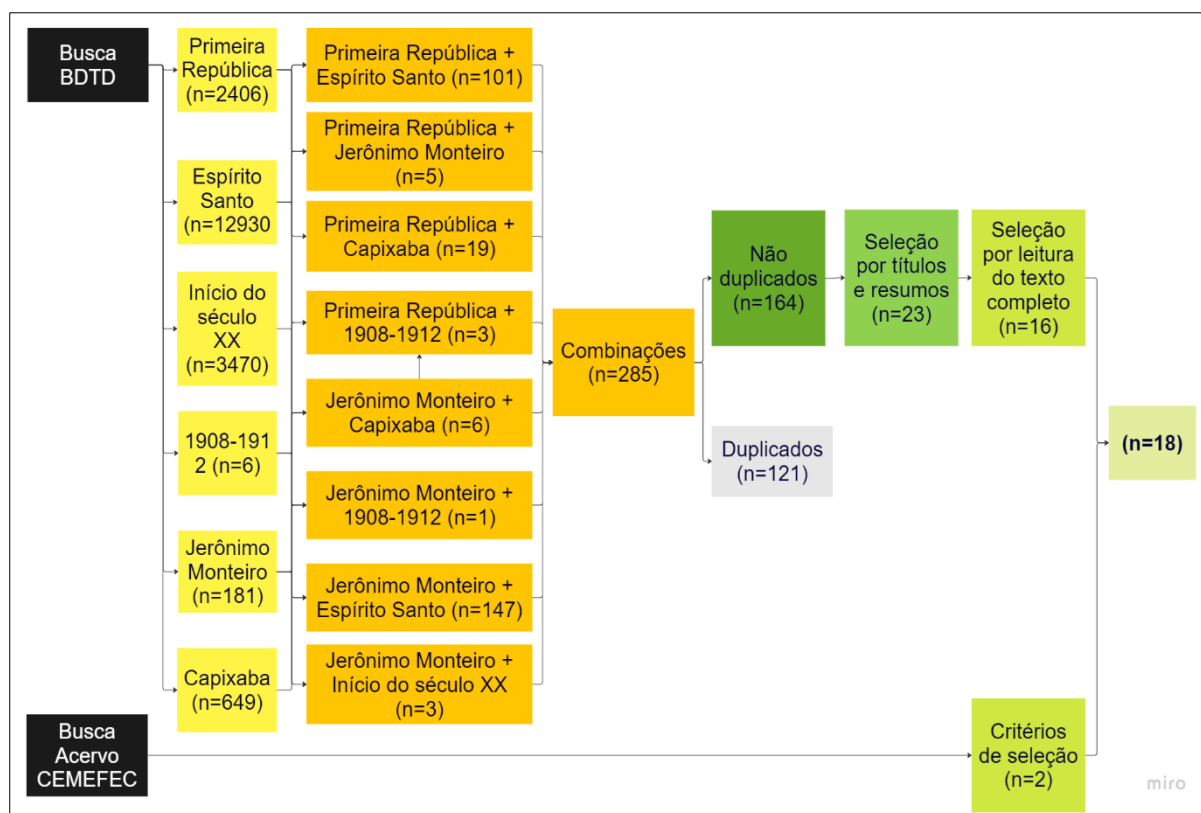
## Introdução

Este artigo objetiva dar visibilidade às produções que exploram a relação entre corpo e cidade no Espírito Santo, no início do século XX, especialmente durante o governo de Jerônimo Monteiro (1908-1912). A análise busca compreender a relação entre corpo e cidade no processo de republicanização do estado, focando a capital capixaba (Vitória), onde ocorreram os principais esforços de remodelamento urbano.

Para alcançar esse objetivo, foram mapeadas e revisadas 18 produções científicas sobre o contexto capixaba durante a Primeira República. A busca foi conduzida na Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD) e no acervo do Centro de Memória da Educação Física e do Esporte Capixaba (Cemefec). As produções abordam o cenário espírito-santense no primeiro quartil do século XX e levantam questões relacionadas com a educação e/ou o espaço urbano de Vitória e/ou do Espírito Santo.

Os descritores utilizados foram "Primeira República", "Jerônimo Monteiro", "início do século XX", "capixaba", "1908-1912" e "Espírito Santo", isoladamente e em combinações. Após a identificação, foi realizada a leitura sistemática dessas produções para a composição do presente texto. O processo de seleção pode ser ilustrado no fluxograma a seguir:

**Figura 1** – Fluxograma de busca das produções



**Fonte:** Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia, [2024]; Centro de Memória da Educação Física e do Esporte Capixaba, [2024].

No que se refere ao tipo de publicação, identificamos uma predominância de dissertações (11) seguidas de teses (6). No caso específico da produção de Sueth (2006), esta se refere à dissertação de mestrado defendida no PPGHIS/Ufes em 2004, publicada em forma de livro (1). Optamos por utilizar o livro, considerando a possibilidade de o autor ter revisitado e qualificado o texto apresentado na dissertação.

Conforme pode ser observado no Gráfico 1, as produções mapeadas mostram uma predominância do campo da Educação, representando 50% das investigações. Isso evidencia o interesse particular do campo da Educação em relação ao tema da escolarização. O mapeamento também indica iniciativas que buscam extrapolar as análises para além da escola, sinalizando a relevância de investigações sobre a urbanização e a educação não institucionalizada, considerando o espaço urbano como campo e objeto de pesquisa. Esse interesse é verificado pela tímida inserção de outros campos, além da Educação, nas investigações sobre a Primeira República no Espírito Santo. Direcionar indagações sobre esse período é uma estratégia frutífera para ampliar a compreensão das especificidades do estado no movimento de republicanização, considerando suas condições materiais de efetivar o projeto republicano.

**Gráfico 1** – Programas de Pós-Graduação aos quais se vinculam as produções

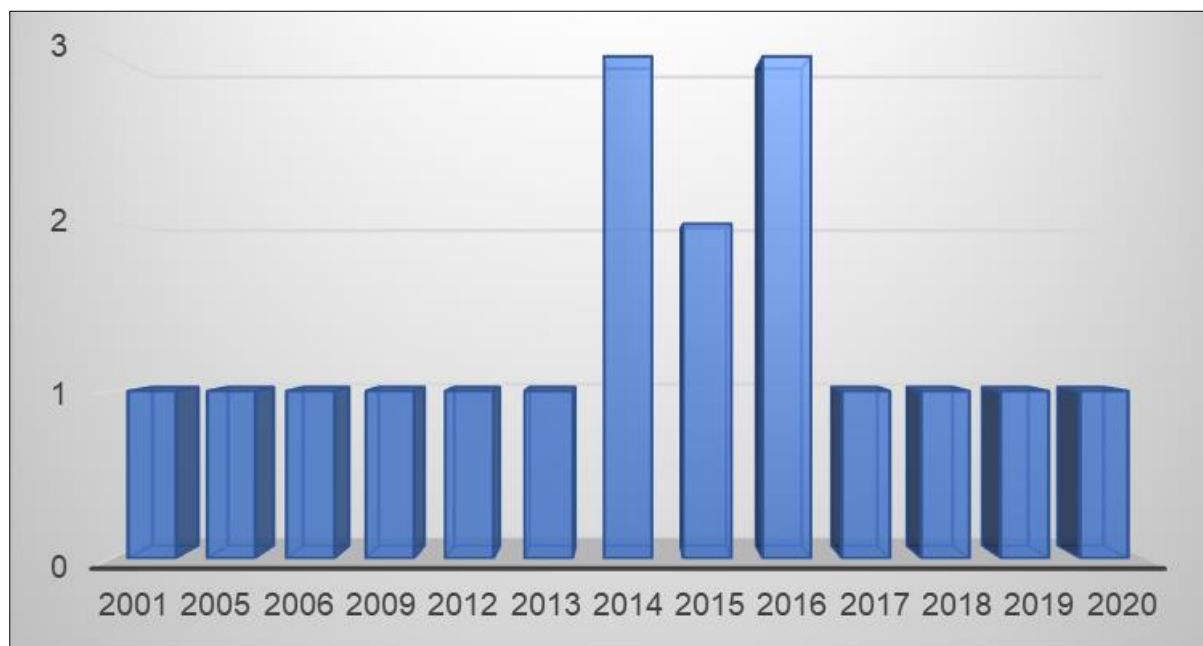


**Fonte:** Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD), Biblioteca Central da Universidade Federal do Espírito Santo (UFES-BC), Biblioteca Central da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC/SP-BC) e Centro de Memória da Educação Física e do Esporte Capixaba (CEMEFEC).

A maioria das produções mapeadas (17) são desenvolvidas, como pode ser percebido no Gráfico 1, nos Programas de Pós-Graduação (PPGs) da Universidade Federal do Espírito Santo (Ufes), com apenas uma produção realizada fora do estado, na PUC/SP. Isso pode ser interpretado como interesse local na produção de conhecimento sobre o cenário capixaba no início do século XX e na Primeira República, mas também indica a ausência de interesse nacional em investigar o período no Espírito Santo.

A ampliação das investigações sobre as especificidades do Espírito Santo no contexto de eclosão da República permite construir uma narrativa que ultrapassa a visão homogeneizadora de que a materialização da República ocorreu de modo uniforme e linear em todo o território nacional, considerando o movimento de consumo produtivo (Certeau, 1994) no contexto local. É possível e necessário produzir análises comparadas com outros estados.

Em relação aos anos das publicações, identificamos um interesse discretamente elevado no período entre 2014 e 2016, com maior regularidade a partir de 2012, conforme pode ser identificado no Gráfico 2. A maior concentração de estudos publicados entre 2014 e 2016 coincide com o desenvolvimento do projeto de pesquisa intitulado “Processos de escolarização no estado do Espírito Santo no século XX: explorando percursos na/da História”, coordenado pela Profa. Dra. Regina Helena Silva Simões, vinculado ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Ufes.

**Gráfico 2** - Ano de publicação das produções mapeadas

**Fonte:** Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD), Biblioteca Central da Universidade Federal do Espírito Santo (UFES-BC), Biblioteca Central da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC/SP-BC) e Centro de Memória da Educação Física e do Esporte Capixaba (CEMEFEC).

Nas investigações, é possível identificar distintas tendências epistemológicas. A maioria das produções, especialmente na Educação, utiliza referenciais alinhados à Nova História Cultural. Carlo Ginzburg (1989), com a micro-história, aparece em muitas produções, indicando uma busca por narrativas focadas em nuances e perspectivas locais, em vez de narrativas que imputem ao contexto capixaba a noção de que o movimento republicano ocorreu de modo semelhante nos estados brasileiros, desconsiderando as condições locais para materializar esse projeto.

Jacques Le Goff (1990) é frequentemente citado, especialmente sobre o conceito de monumento<sup>1</sup>. Michel de Certeau (1994), articulado com Marc Bloch e Carlo Ginzburg, contribui para que as produções focalizem indagações às fontes, considerando o documento como monumento (Le Goff, 1990), tendo em vista seu contexto de produção e a narrativa privilegiada, possibilitando entrever as vozes silenciadas.

As produções mapeadas fornecem elementos importantes para se pensar a educação do corpo<sup>2</sup>, com ênfase no cenário educacional e no processo de escolarização nos anos iniciais da Primeira República, permitindo questionamentos além desse cenário, ampliando-os para o espaço urbano.

<sup>1</sup> “monumento é tudo aquilo que pode evocar o passado, perpetuar a recordação, por exemplo, os atos escritos [...]. O monumento tem como características o ligar-se ao poder de perpetuação, voluntária ou involuntária, das sociedades históricas (é um legado à memória coletiva) e o reenviar a testemunhos que só numa parcela mínima são testemunhos escritos” (Le Goff, 1990, p. 535-536).

<sup>2</sup> Ao pensar a educação do corpo, seguimos pela via da educação dos sentidos e das sensibilidades, visto que os “estudos históricos sobre os sentidos e as sensibilidades nos lança ao desafio de compreender as respostas – individuais e coletivas – que todos dão aos impulsos que recebem do meio (ambiente, natureza, cultura, sociedade, realidade...), de modo que novas formas de pensar, agir e sentir sejam mobilizadas em relação às antigas, que podem perdurar, ser ressignificadas ou ‘esquecidas’. Portanto, [partimos] do entendimento que não é possível estudar as sensibilidades sem que, ato contínuo, estudemos os sentidos, essas janelas que fazem a mediação entre o mundo interior e o exterior em cada um de nós” (Oliveira, 2020, p. 4).

## O cenário urbano

É visível o esforço empreendido para modificar substancialmente o cenário da cidade de Vitória durante o período de 1908 a 1912. Considerando o espaço urbano como elemento pedagógico de construção e constituição do cidadão republicano, Locatelli (2012) analisa os projetos arquitetônicos dos grupos escolares de 1908 a 1930, mostrando como materializavam um projeto pedagógico republicano em diálogo com as reformas curriculares. Ela articula essa construção com o fortalecimento dos ideais republicanos em nível nacional e reconhece a influência de outros estados no contexto capixaba. A reforma curricular de Gomes Cardim, em 1908, exemplifica a influência política da circulação de Jerônimo Monteiro por São Paulo, destacado como "[...] centro irradiador da educação republicana no início do século XX [...]" (Locatelli, 2012, p. 20).

Locatelli (2012) enfatiza que a influência das ideias e estruturas no Espírito Santo não ocorreu de maneira pura e simples, mas considerou as particularidades e especificidades locais. Ela ressalta as condições materiais disponíveis no estado para produzir as reformas arquitetônicas e operacionalizar o modelo curricular, entre outros aspectos.

Não podemos perder de vista ainda as contradições presentes nas narrativas sobre a construção do Grupo Escolar Gomes Cardim, sediado na capital do estado, na medida em que são feitas menções a ele no Relatório de Governo de Jerônimo Monteiro, destacando a inadequação da edificação às condições higiênicas e pedagógicas pretendidas para um grupo escolar, mesmo que se constituísse como um monumento que procura ser um símbolo da República.

Desse modo, Locatelli (2012) afirma que, no Espírito Santo, o foco estava mais em suprir materiais básicos para a instrução primária do que em criar uma ambientação escolar adequada para a formação do cidadão republicano.

Especificamente no tocante ao período correspondente ao governo de Jerônimo Monteiro, esse é mencionado pela autora como um período de intensas mudanças na urbe e no espaço urbano, reforçando a noção de que o movimento republicano no Espírito Santo teve uma dinâmica própria, baseada em suas condições locais e em atores sociais, mas também considerando o contexto nacional em alguns momentos.

No processo de modernização e republicanização do Espírito Santo, empreendido no período correspondente ao governo de Jerônimo Monteiro, destacamos o modelo de práticas das oligarquias estaduais com fortes traços do coronelismo, evidenciado por Vasconcellos (2018). Locatelli (2012) reconhece e visibiliza ainda as relações de força que se estabelecem entre a capital capixaba e o município de Cachoeiro de Itapemirim, considerado como significativo polo econômico para o Espírito Santo, sobretudo pela produção cafeeira, e ainda pela forte influência política no cenário das oligarquias estaduais aliadas ao formato coronelista.

A pesquisadora destaca a criação do Grupo Escolar Bernardino Monteiro, na cidade de Cachoeiro de Itapemirim, como importante representação e materialização do que se esperava de um grupo escolar construído com inspiração nos modelares grupos paulistas, enfatizando que, no período compreendido entre 1908 e 1930, a criação dos grupos escolares

nos municípios do Espírito Santo foi associada a uma política mais voltada para um modo de perceber a urgência dessa implantação em localidades específicas do Estado, do que para as orientações preconizadas no governo sobre a pretendida formação do cidadão republicano, associada as da reforma da instrução pública empreendida no período (Locatelli, 2012, p. 200).

É fundamental reconhecer, portanto, que as transformações urbanas daquele momento estão ligadas a um projeto governamental que utiliza a monumentalidade (Le Goff, 1990) para integrar investimentos e consolidar simultaneamente o capital simbólico e o capital econômico.

Essa estratégia tinha como objetivo atrair investimentos substanciais para a capital em desenvolvimento, em colaboração com as oligarquias locais, concretizando, assim, o projeto de um estado republicano. Como parte desse processo, o governo oferece à elite econômica áreas específicas dentro da cidade, marcadas por um planejamento que privilegia seus interesses.

Considerando as características da urbanização da cidade de Vitória, Bellini (2014, p. 15) se propôs analisar “os espaços que mais se destacaram como promotores da vivência cotidiana da população”, tendo como fontes publicações em periódicos locais, relatórios e mensagens de governo. A pesquisadora parte da premissa de que o incentivo a práticas recreativas em determinados espaços públicos os tornaria mais favoráveis ao exercício da contemplação.

Embora não tenha sido empreendido um esforço analítico com características e referenciais de pesquisa historiográfica, a análise de Bellini (2014) destaca as balizas científicas que orientaram intervenções na urbe no final do século XIX e início do século XX, destacando o movimento higienista e o processo de civilização (Elias, 2011) que se buscava impulsionar. A esse respeito, Bellini (2014) acrescenta que a modernização associada ao saneamento urbano e à medicalização da família patriarcal recondicionaram o convívio social no Brasil, evidenciando a diferenciação dos espaços ocupados pelos grupos sociais, apesar do ideal de igualdade na ordem liberal republicana.

A partir das análises empreendidas, a pesquisadora vislumbra que algumas obras creditadas ao governo de Jerônimo Monteiro compunham a intenção de governantes precedentes e que Jerônimo atendeu às demandas da elite política local com ampliação significativa do endividamento do Estado em troca de apoio político.

Em diálogo com essas alterações, Alves (2015) estudou o que denomina de construção imobiliária da cidade de Vitória, desde o fim do século XIX até meados do século XX, para compreender a produção do espaço urbano, considerando a urbanização e o desenvolvimento do processo produtivo da construção.

O pesquisador parte do pressuposto de que a construção do espaço urbano de Vitória não esteve alheia à finalidade de obtenção de renda, tanto no período pré-abolição da escravidão quanto no período posterior. Durante a escravização, a renda era obtida por meio da apropriação da mão de obra escravizada para a construção, alugando essa mão de obra para terceiros. Após a abolição, a construção foi mediada pelo trabalho de imigrantes europeus, especialmente os italianos. Alves (2015) observa que, após o fim da escravidão, a riqueza se transferiu para a propriedade privada da terra, com os imigrantes italianos desempenhando um papel crucial na construção, introduzindo novas técnicas e materiais e também ajudando a modernizar a arquitetura das cidades brasileiras.

Na esteira das mudanças empreendidas nos modos de construção e na significação das construções realizadas em Vitória, o autor sinaliza um importante deslocamento simbólico dos terrenos e imóveis, no sentido de serem rentabilizados e poderem compor o patrimônio da elite local antes mesmo da abolição da escravidão. Alves (2015) identifica que, no ano de 1910, a Zona Urbana de Vitória tinha 1.238 imóveis, com 65% deles alugados. Entre 1893 e 1910, o número total de imóveis cresceu 33%, enquanto o de imóveis alugados aumentou 29%. Apoiado no mapeamento e nas evidências encontradas nos documentos analisados, Alves (2015, p. 138), reitera que “com a transição do trabalho escravo para o trabalho livre ocorreu também uma metamorfose da riqueza. Acontece que a riqueza, antes materializada na propriedade de escravos, transferiu-se para a propriedade privada da terra”.

Nesse contexto, há a sinalização de um cenário de mudanças importantes e substanciais ocorridas a partir dos anos iniciais do século XX, indicando o momento marcado pela ascensão de Jerônimo Monteiro à Presidência do Espírito Santo como impulsionador de mudanças materiais. Alves (2015) explica que a urbanização de Vitória foi lenta devido à falta de atividade industrial expressiva e à economia baseada no comércio de café. Transformações urbanas

significativas tiveram início em 1908, na gestão de Jerônimo Monteiro, quando legislações urbanísticas e higienistas começaram a valorizar a cidade com intervenções, como o aterro do Campinho, demolições e alargamento de ruas e normas mais rigorosas para construções.

No texto de Saletto (2018), encontramos, inclusive, o registro da intenção de Afonso Cláudio em sanear a urbe e providenciar outras medidas necessárias ao impulsionamento do Espírito Santo rumo à República desejada.

Saletto (2018) observa que Afonso Cláudio tentou abordar problemas, como saneamento financeiro, imigração, reforma do ensino, aterro do Campinho e serviços de água e esgoto em Vitória, mas os dois últimos pontos permaneceram sem solução em governos subsequentes.

Esse movimento não esteve alheio ao contexto nacional de busca por determinado ideal de civilidade. Movimento semelhante pode ser observado na implementação da chamada Reforma Pereira Passos, na cidade do Rio de Janeiro<sup>3</sup>. Ainda que se considerem as movimentações produzidas no cenário nacional, não se trata de afirmar que as mudanças operadas em terras capixabas eram replicações de modelos externos ao Espírito Santo, sem que sejam consideradas as condições locais de implementação desses modelos. Há que se considerar o movimento de consumo (Certeau, 1994) realizado no contexto local.

Esse tipo de evidênciação é importante para auxiliar na desconstrução de uma narrativa linear que situa, no governo de Jerônimo Monteiro, as mudanças e, sobretudo, suas intencionalidades produzidas na urbe capixaba. É possível, no entanto, dada a produção de registros pertinentes ao período do governo de Jerônimo Monteiro, a identificação de indícios de certa tentativa de produzir um movimento de invenção da tradição (Hobsbawn, 2015) que credita ao seu governo e, sobremaneira, à sua figura pessoal a modernização do Espírito Santo. Esse destaque é essencial na medida em que parte das produções da historiografia capixaba assume, ainda que de modo tácito, o reforço a essa ideia. Campos (2016, p. 56) corrobora essa percepção ao enfatizar:

parece-nos que o seu esforço em verbalizar e registrar textos escritos e imagéticos sobre os seus ‘feitos’ foram intencionalmente produzidos ao longo de sua gestão. Ele assumiria para si, no âmbito do drama republicano local, o personagem do político servil incansável, incorruptível e vigilante aos gastos públicos.

Ao retomar as análises de Bellini (2014), percebemos que a pesquisadora dá particular atenção às tentativas de ordenar e orientar o lazer dos moradores da capital capixaba, destacando como importante marco a criação do Parque Moscoso,

assentado sobre o maior signo de insalubridade dos anos anteriores, o Campinho. O fim do antigo pântano e sua metamorfose em bairro elegante da cidade, dotado de passeio público, infraestrutura e traçado regular, muito distinto do encontrado nas ruelas e becos infectos de outrora, refletiram a vitória da modernidade e da beleza sobre o atraso e a feiúra herdados de um passado colonial. A cidade de Vitória adentrava uma nova fase com uma visualidade distinta da dos períodos anteriores (Bellini, 2014, p.84).

---

<sup>3</sup> De acordo com Silva (2019, p. 2), “[...] a Reforma Urbana Pereira Passos foi uma tentativa de europeização e aburguesamento da cultura por meio de arquitetura, ideais e costumes. A Europa, especialmente as cidades de Paris e Londres, era tida como um modelo de civilização, progresso e modernidade a ser seguido. O progresso era sinal de desenvolvimento material; a civilização de comportamento pautado em um ideal burguês europeu; a modernidade no embelezamento e no saneamento relacionada a sair de um passado colonial e se adequar a um novo presente, certamente europeu. Dessa forma, as mudanças na capital tiveram um caráter urbanístico, sanitário e também comportamental, e a transformação da cidade se deu em um nível simbólico-espacial”.

Bellini (2014) destaca a atenção dada ao litoral da capital e seus arredores como locais importantes de fruição da paisagem e incentivo à ocupação dos indivíduos, especialmente a partir da década de 1880. Ela menciona a Praça João Clímaco, a Praça Santos Dumont e o Morro do Convento como pontos de contemplação mencionados nos periódicos da época. A pesquisadora observa um aumento nas menções sobre a paisagem de Vitória nos periódicos investigados a partir da década de 1890, com grande expressividade para os anos de 1910 (até 1916).

Apesar das limitações do uso das fontes, a pesquisadora defende que os relatos sobre a paisagem, baseados na experiência cotidiana, mostram a habilidade dos moradores de focar elementos comuns da cidade, revelando uma riqueza de detalhes sensoriais. Esses registros expressam amor à terra natal, orgulho pelas melhorias, vergonha das mazelas e um forte reconhecimento do lugar.

Considerando esse contexto, Campos (2016) busca se concentrar na visibilidade do corpo na cena urbana de Vitória, focalizando a curricularização da ginástica nas instituições escolares e as práticas corporais nos clubes e agremiações esportivas no período correspondente ao governo de Jerônimo Monteiro (1908-1912). A pesquisa realizada se ancora na Nova História Cultural, com forte amparo teórico-conceitual e teórico-metodológico nas produções de Carlo Ginzburg e Marc Bloch.

A pesquisadora identifica evidências da presença da higiene como dispositivo de construção e ordenamento da urbe de Vitória, sinalizando que, no Espírito Santo, desde a década de 1860, a higiene era considerada crucial nos relatórios de governo para a construção urbana, mas os investimentos para resolver problemas urbanos só se concretizaram com a República, favorecendo, principalmente, Vitória e Cachoeiro de Itapemirim.

O período correspondente ao governo de Jerônimo Monteiro reforça a presença do discurso higiênico e sanitário com destaque nos registros produzidos desde o início da gestão, apesar do cenário epidemiológico que marcou o final do século XIX<sup>4</sup> e os anos iniciais do século XX. Desse modo, a pesquisadora afirma:

A saúde aparece nos escritos oficiais como algo a ser perseguido em combate às doenças e moléstias que assolaram o período imperial capixaba. Vencer a carência de condições sanitárias em prol do progresso aparece no programa do presidente desde a sua ocupação no cargo de chefe do Estado (Campos, 2016, p. 76).

A produção de Campos (2016) constitui um importante sinalizador de que o processo de educação e de constituição do cidadão republicano, empreendido durante o período correspondente ao governo de Jerônimo Monteiro, teve as instituições educacionais como importantes dispositivos estratégicos para essa formação, não se limitando a essas instituições. Em seu estudo, há indícios que permitem compreender que esse processo de educação não se limita à escolarização.

Entretanto, embora a pesquisa de Campos (2016) produza algumas incursões na direção de pensar a educação do corpo e do indivíduo republicano para além do processo de escolarização, suas análises estão fortemente articuladas com o campo educacional, reforçando a necessidade de investimentos investigativos que tomem não apenas o cenário urbano como objeto de análise, mas também visibilizem os dispositivos sanitários que convergiam na educação do indivíduo republicano, dando ênfase às movimentações táticas desses indivíduos na busca de fontes ainda pouco utilizadas/inventariadas, por exemplo, o acervo da Inspetoria de Higiene Pública do Espírito Santo<sup>5</sup>.

---

<sup>4</sup> Para mais detalhes a respeito desse cenário, sugerimos a leitura do texto de Cunha (2016).

<sup>5</sup> O Fundo da Inspetoria de Higiene Pública do Espírito Santo, conforme nos informa Vargas (2017), foi descoberto em um processo de garimpagem de documentos realizada por ocasião da organização de mudança

## A escolarização

Os esforços de investigação mapeados revelam que um dos elementos essenciais para compreender o cenário dos anos iniciais da Primeira República, especialmente durante a gestão de Jerônimo Monteiro, é a consolidação dos grupos escolares e, nesse contexto, Lima (2013) identifica a educação dos sentidos como práticas de educação física no grupo escolar. Destaca a participação de Gomes Cardim na reformulação do currículo e no fomento dos grupos escolares, além da criação de condições para que a urbe se configurasse como vitrine da educação republicana por meio de atos políticos e festas cívicas. Na análise de Lima (2013, p.113),

As comemorações cívicas e demais atividades representavam um conjunto de práticas simbólicas movimentadas pelo governo, com a intenção de se tornarem um cenário para as iniciativas escolares, como também mantinham uma relação com o espaço urbano e os alunos. Da mesma forma, essas práticas sociais davam organização às cidades, facilitando a construção da modernização idealizada pelo regime republicano local.

A pesquisadora destaca a introdução da *Gymnastica* como componente curricular em condições de igualdade de carga horária semanal com disciplinas como Português e Arithmetica<sup>6</sup>. Aponta, ainda, a educação dos sentidos como importante elemento para pensar a educação do cidadão republicano, atravessada pelas noções de higiene sanitária, civilidade e sentimento patriótico.

No caso do Grupo Escolar Gomes Cardim, sediado na capital, Assis (2014) identifica-o como um símbolo importante do movimento reformista na educação capixaba durante a gestão de Jerônimo Monteiro. No entanto, a pesquisadora destaca a precariedade das instalações.

Essa dita precariedade, referendada em outros estudos, é evidente no contraste entre o modelo pretendido na formulação do grupo escolar, o discurso utilizado para justificar sua criação e as condições materiais implementadas. Por um lado, podemos considerar isso como precariedade; por outro, também reflete as condições concretas do estado na materialização do projeto educacional republicano, especialmente considerando o contexto de endividamento destacado por Saletto (2018).

Assim, cabe questionar se o que é chamado de precariedade não seria, na verdade, uma marca das condições locais para concretizar o projeto republicano de educação no contexto histórico e econômico do período. A implantação do grupo escolar não se fez à margem do discurso oficial e do modelo que o inspirou, constituindo-se como uma forma de consumo produtivo (Certeau, 1994).

Outro ponto importante é o crescimento das escolas isoladas no interior do Espírito Santo, evidenciado pela criação de 32 escolas entre 1908 e 1909, apesar da referência modelar dos grupos escolares. Assis (2014) aponta as incoerências entre os princípios pedagógicos dos diferentes modelos de escolarização coexistentes no estado, destacando que o crescimento das escolas isoladas estava ligado às necessidades das comunidades locais.

---

de endereço da sede do APEES, concomitante à busca de pesquisadores do Departamento de Psicologia da Ufes por documentos que pudessem auxiliar na construção de uma narrativa a respeito da história da loucura no Estado do Espírito Santo. Até o momento, existem quatro trabalhos produzidos com a utilização de documentos do referido acervo.

<sup>6</sup> É importante enfatizar que Lima (2013) não faz a comparação mencionada como forma de estabelecer hierarquia entre componentes curriculares e/ou saberes-fazer. A comparação é feita no sentido de auxiliar na identificação da relevância atribuída ao componente curricular *Gymnastica* na composição do currículo escolar, nas primeiras décadas da República, como dispositivo de educação do indivíduo republicano.

Monticelli (2014) busca evidenciar o que denomina de práticas de tradução<sup>7</sup> educacionais direcionadas a crianças e jovens excluídos da escola durante a Primeira República no Espírito Santo. A pesquisadora identifica a abordagem médico-pedagógica nas orientações curriculares e na materialização dessas orientações, chamando a atenção para a necessidade de intervenções na urbe e na educação cívica e moral devido ao quadro sanitário do fim do século XIX e início do século XX no Brasil e, especialmente, no Espírito Santo. Nesse sentido destaca que, segundo sua interpretação,

neste mesmo período todos os que não eram considerados saudáveis eram taxados [sic] de inabilitados, anormais, pois representavam riscos às pessoas, a qual vivia sob a subjetivação do discurso higienista. A saúde estava na simetria, na padronização, na disciplina (Monticelli, 2014, p. 59).

Depreendemos, então, que os preceitos e orientações higiênicas foram marcantes no processo de urbanização e implementação de práticas pedagógicas que extrapolam a escolarização e se encampam no espaço urbano.

Monticelli (2014) identifica 1909 como um ponto de inflexão para pensar a exclusão de crianças e jovens do processo de escolarização, destacando a adoção do método analítico intuitivo<sup>8</sup>. Afirma que, no início do século XX no Espírito Santo, a ordem era priorizada sobre a educabilidade. A Escola Normal, usando o método intuitivo, ajudou a excluir certos grupos sociais da educação popular e internalizou princípios civilizadores que não atendiam à realidade de muitos filhos de ex-escravizados e colonos migrados para áreas urbanas.

Das análises de Monticelli (2014), depreendemos que, embora a educação para o indivíduo republicano fosse ampliada com a implementação dos grupos escolares e da Escola Normal, esse dispositivo estratégico não foi igualmente acessado pelas crianças e jovens capixabas circunscrevendo a educação dos sentidos e sensibilidades em espaços além das instituições escolares. Por outro lado, não podemos perder de vista que o Espírito Santo apresentava dificuldades em materializar o acesso à escolarização, mesmo na capital, acentuando essas diferenças no interior do estado.

Alencar (2016) reforça essa perspectiva, analisando a relação entre escolas isoladas e grupos escolares no início do século XX. Investigou a educação primária na região norte do Espírito Santo durante a Primeira República, destacando que as escolas isoladas desempenharam um papel fundamental na educação da população, apesar de serem vistas como mais precárias, comparadas com os grupos escolares. Essas escolas representavam uma opção acessível para comunidades rurais e áreas de difícil acesso.

A expansão do ensino no norte do Espírito Santo foi marcada pelo contraste entre retórica e realidade. Políticos locais defendiam a educação como essencial para consolidar os ideais republicanos, mas recursos financeiros e logísticos limitavam a implementação efetiva dessas ideias. Assim, a maioria das novas instituições eram escolas isoladas, atendendo à demanda local imediata por educação.

---

<sup>7</sup> O que a pesquisadora denomina de práticas de tradução educacionais diz respeito a um movimento de adaptação do projeto de escolarização do cidadão republicano, realizado no contexto da capital capixaba, privilegiando o método de ensino intuitivo com inspiração nos modelos europeus.

<sup>8</sup> De acordo com Monticelli (2014, p. 73) “[...] O método do ensino intuitivo propõe um processo evolutivo cuja etapa inicial ocorre pela educação dos sentidos. Essa proposta de método está atrelada aos anseios de uma sociedade positivista, a qual credibilizaria a importância do conhecimento, da educação e de um reconhecimento metodológico pela abordagem evolucionista [...]”. Para mais informações, sugerimos a leitura da obra *Primeiras lições de coisas*, de autoria de Callkins, traduzida por Rui Barbosa.

Novaes (2020) analisou as escolas isoladas no contexto de implementação do primeiro grupo escolar em 1908, por meio das intervenções de Gomes Cardim no início do governo de Jerônimo Monteiro, e o aperfeiçoamento da escola isolada em 1906. A pesquisadora observa que o primeiro movimento buscava suprimir as escolas isoladas, consideradas obsoletas.

A diferenciação entre "grupo escolar" e "escola isolada" simbolizava uma disputa entre dois modelos de escola primária. Os grupos escolares eram vistos como ideais modernizadores republicanos, enquanto as escolas isoladas eram associadas à precariedade e ao atraso da tradição imperial.

Uma questão essencial citada pela pesquisadora é que a construção do Grupo Escolar Gomes Cardim (1908) como monumento (Le Goff, 1990) republicano se constituiu um dispositivo estratégico (Certeau, 1994) de demarcação de um novo momento para a escolarização capixaba, além de sinalizar as obras do governo de Jerônimo Monteiro como estratégia para sustentá-lo.

Cabe a reiteração do conjunto de tentativas da equipe que compunha a gestão de Jerônimo Monteiro em monumentalizar não apenas a República mas, sobretudo, o próprio governo, de modo sincrônico e, em alguma medida, indissociável. Em que pesem as disputas pela construção de determinada narrativa sobre a republicanização do Espírito Santo, a docência e suas condições de exercício também são levadas em consideração nas investigações sobre o período.

## **A docência no início do século XX**

Na perspectiva de pensar sobre a profissionalidade docente, Bonatto (2005) busca construir uma relação entre as reformas educacionais promovidas por Gomes Cardim (1908) e Atílio Vivacqua (1928), evidenciando que a primeira produziu lacunas que seriam consideradas na segunda. Uma das questões centrais da segunda reforma foi a formação docente.

Bonatto (2005) atribui a falta de atenção a programas sistemáticos e organizados de formação docente como um dos pontos nevrálgicos para que a reforma promovida sob a chefia de Gomes Cardim não tenha obtido o sucesso esperado, na perspectiva da autora. No percurso da reforma de 1908, Bonatto (2005, p. 43-46) salienta que

As reformas anteriores à de 1908 não deixavam de tocar, ou mesmo apontar, a formação de professores como ponto basilar das modificações a serem feitas. Apesar de terem seus méritos, não deram conta de colocar a formação como um assunto de primeira importância, ficando restritas às questões ligadas a material e prédios [...]. notadamente, a reforma de Cardim priorizava a Escola Normal, a Escola-Modelo anexa e os festejos cívicos, muito apreciados por Cardim, os quais tinham especial destaque em sua obra e nas manifestações públicas”.

O destaque dos festejos cívicos indicados pela pesquisadora pode ser evidenciado nos registros produzidos durante o governo de Jerônimo Monteiro, visto que o acervo fotográfico disponível no APEES está repleto de fotografias de cenários nos quais Jerônimo Monteiro se faz presente, bem como toda a simbologia que atravessava seu discurso de ordenamento.

Esse tipo de investida, para além da monumentalização operada, sinaliza preocupação com a transposição das instituições escolares, em relação ao tipo de educação que se pretendia operacionalizar nelas. Desse modo, todo o cenário urbano da cidade de Vitória assume caráter pedagógico no contexto da República ascendente.

Especificamente no tocante à formação de professores, a Escola Normal se encarrega prioritariamente dessa formação, de modo a concentrar-se não apenas na “educação intelectual”, mas também moral dos futuros professores e das futuras professoras.

O Congresso Pedagógico de 1909, organizado por Gomes Cardim, é destacado por Bonatto (2005) como um evento destinado a discutir o exercício da docência e o projeto de educação de forma pragmática e operacional. As falas dos professores foram direcionadas para que a proposta de Cardim fosse tematizada com o mínimo de possibilidade de escape. O intuito era destacar e incentivar o método analítico intuitivo no processo de escolarização.

Apesar das tentativas de cerceamento, Bonatto (2005) chama a atenção para a fala da professora do interior, Camilla Rios Motta, que abordou, ainda que timidamente, o lugar da mulher no modelo social vigente e as discrepâncias entre os contextos da capital e do interior. Em que pese o tom de reivindicação da professora:

Pelas conferências, pelos trabalhos paralelos e pela pompa dada ao acontecimento, com cobertura completa do Diário da Manhã e presença do Presidente do Estado, [o Congresso Pedagógico] parecia muito mais um dos teatrais eventos peculiares ao estilo de Cardim, que apreciava [mais] a organização de aparições suntuosas, do que um encontro destinado a promover entre os professores um amplo debate sobre as práticas, anseios e formação desses profissionais no Estado (Bonatto, 2005, p.56-57).

A adjetivação de teatralidade realizada por Bonatto (2005) corrobora as análises de Novaes (2001), reforçando as estratégias discursivas para sustentar a ideia de que o governo de Jerônimo Monteiro se constituía como a solução para os fracassos do passado. O relatório final de governo, a partir das análises das pesquisadoras, monumentaliza a sua pompa em impulsionar os avanços do Espírito Santo em direção à republicanização.

Ainda no tocante à formação de professores, Pezzin (2015) se concentra sobre a questão, com foco no ensino da Matemática, no contexto capixaba, abordando aspectos relacionados com a educação desde o período imperial até a década de 1960.

Ao pensar sobre a formação de professores, sobretudo com a reforma educacional proposta e instituída sob o comando de Gomes Cardim, no ano de 1908, houve aumento significativo de componentes curriculares e saberes pertinentes à formação de mulheres. Desse modo, destaca que, “[...] exceto Exercícios Militares presente, na seção masculina, não havia outra distinção de componentes curriculares entre os sexos” (Pezzin, 2015, p. 39). Entretanto, a pesquisadora destaca o movimento de distanciamento dos currículos produzido por meio do Decreto nº 43, de março de 1910<sup>9</sup>. As questões de gênero aparecem também em esforços investigativos posteriores, por exemplo, os de Alvarenga (2018) e Bezerra (2019).

No que se refere às práticas escolares e aos registros produzidos sobre essas práticas, Costa (2016) se concentrou na análise dos registros fotográficos do universo escolar presentes na documentação elaborada pelo Estado do Espírito Santo durante a gestão de Jerônimo Monteiro (1908-1912). As imagens mencionadas estão na mensagem intitulada “Exposição sobre os negócios do estado no quadriênio de 1908 a 1912 pelo Exmo. Sr. Dr. Jeronymo Monteiro presidente do estado durante o mesmo período” enviada ao Congresso Legislativo.

---

<sup>9</sup> Essa disparidade é evidenciada pela pesquisadora, sobretudo nas questões concernentes à Matemática. Pezzin (2015) nota que, com o programa de 1910, as classes femininas estudavam apenas Aritmética e Álgebra no 1º ano, enquanto as masculinas ainda estudavam Aritmética e Álgebra no 1º ano e Geometria no 2º ano, apesar de uma redução geral no estudo de Matemática.

Costa (2016, p. 157) identifica questões importantes a respeito daquilo que é anunciado e registrado no documento, em contraste com o que se manifesta por meio das imagens nele representadas:

Essa escola republicana apresentada nas imagens não parece avançar necessariamente na mesma direção do que o texto nos diz, ou pelo menos, a velocidade imprimida ao processo não é a mesma para todos os segmentos da sociedade. As fotografias ilustram a mensagem de governo com o intuito de atestar as afirmações do presidente. Mas nem tudo que é dito com palavras está demonstrado com imagens. A escolarização do imigrante por exemplo, não está presente nas fotografias. Apesar de no texto, ele se mostrar deveras preocupado com a questão da nacionalização do ensino e inclusive ter destinado equipamentos às escolas das regiões que estavam sendo maciçamente colonizadas por imigrantes europeus, estes não aparecem nas imagens.

Costa (2016) aponta a baixa presença de pessoas negras e a ausência de futuras professoras negras nas imagens da Escola Normal, além da completa ausência de povos indígenas, indicando a falta de interesse do Estado na educação desses grupos. Em que pese a leitura da pesquisadora, é importante reconhecer que havia uma concentração de esforços enfrentando diversas dificuldades para suprir a demanda por escolas e professores para as crianças da capital. Esses esforços podem ajudar a compreender a suposta marginalização dos grupos mencionados.

O movimento de Jerônimo Monteiro na construção dos documentos/monumentos é analisado observando sua preocupação com o conteúdo e a forma. Costa (2016) destaca que Monteiro usava uma linguagem exaltada para enaltecer seus feitos e legitimar sua ação política, utilizando linguagem visual em documentos oficiais. Ele foi o primeiro governante capixaba a apresentar uma documentação ilustrada ao Legislativo e à população, deixando uma rica documentação fotográfica.

Costa (2016) também aponta pistas para investigações sobre as relações do higienismo com as práticas de exclusão social no Espírito Santo. A ausência de mulheres em circulação na cidade de Vitória nos registros contrasta com o protagonismo feminino no processo de escolarização, especialmente na feminização do magistério.

Não se pode, todavia, distanciar essa constatação da necessidade de compreender as condições de exercício da docência, bem como as práticas escolares imbuídas de valores morais característicos da época de uma sociedade patriarcal e misógina.

Com referência às questões apresentadas, Borel (2017) afirma que a criação do Ginásio do Espírito Santo (GES) foi um marco na educação capixaba, proporcionando ensino de qualidade à elite local, sem necessidade de migração para outras cidades. Equivalente ao Colégio Pedro II, o GES ocupou uma posição de destaque. Apesar de ser financiado pelo erário público, cobrava taxas obrigatórias de exame e matrícula, criando uma barreira que favorecia alunos de classes sociais específicas, com educação primária de qualidade ou recursos para estudos preparatórios.

Quanto à produção de Borel (2017), o propósito principal do estudo foi explorar as trajetórias educacionais e carreiras profissionais de professores no GES, a principal instituição de ensino secundário do Espírito Santo. Os objetivos secundários englobaram o conhecimento de alguns professores que serviram no GES entre 1906 e 1951, a análise dos processos de admissão dos catedráticos no GES dentro do contexto das reformas educacionais do período em estudo, bem como a revisão de textos produzidos por esses professores sobre educação e ensino.

A análise de Borel (2017) não se limitou à estrutura educacional, mas também considerou os sujeitos da comunidade educacional do ginásio, proporcionando um entendimento mais profundo da experiência educacional naquele contexto.

A pesquisadora chama a atenção para a influência da Igreja na manutenção e fortalecimento das atividades do GES. A Igreja desempenhou um papel crucial na administração do ginásio, especialmente quando o governo do Espírito Santo entregou sua administração a congregações religiosas devido à falta de verba e à Lei Rivadávia. A cooperação entre Igreja e Estado influenciou a educação pública secundária, com a Igreja vendo vantagem em administrar a instituição para disseminar seus preceitos. Apesar das dificuldades financeiras, o ginásio nunca encerrou suas atividades.

Borel (2017) oferece indícios sobre a influência da Igreja no processo de escolarização e permite questionar o imbricamento entre as relações familiares dos Monteiros e o cenário político capixaba. É necessário olhar além das instituições escolares e do processo de escolarização. Na década de 1930, o regime disciplinar rígido do GES monitorava alunos dentro e fora da escola, com inspetores essenciais para manter a ordem. Mesmo com vigilância, práticas inadequadas ocorriam, como o caso de um aluno que usou um crânio humano como bola de basquete, resultando no cancelamento de sua matrícula pelo diretor José Meira Quadros.

Trata-se, portanto, da compreensão de que o processo de educação e de formação pretendido por um conjunto de políticos e gestores encontrava-se encampado em um cenário que extrapola os limites físicos das instituições escolares e dos dispositivos estratégicos (Certeau, 1994) utilizados nesse processo formativo. Desse modo, as análises de Borel (2017) e as evidências por ela apresentadas nos possibilitam questionar o espaço urbano a respeito da educação do corpo (republicano).

Importantes análises são apresentadas por Alvarenga (2018), ao investigar a inclusão das mulheres no magistério primário público e os desdobramentos dessa inserção no Espírito Santo entre 1845 e 1920. A pesquisadora destaca, como elementos indissociáveis à análise de seu objeto de investigação, a expansão da escolarização primária, a maior presença de meninas nas escolas capixabas, o aumento quantitativo de mulheres professoras e também a atuação da Escola Normal como eixo formador de mulheres professoras no Espírito Santo (Alvarenga, 2018, p. 223).

Especificamente em relação à Reforma Gomes Cardim, Alvarenga (2018) aponta a criação de estratégias e dispositivos que buscavam monitorar o trabalho docente e, alinhados ao modelo de sociedade patriarcal, educar as mulheres.

Alvarenga (2018) afirma que a Reforma Gomes Cardim de 1908, no governo de Jerônimo Monteiro, visou a modernizar a educação e centralizar a instrução pública no Espírito Santo. A reforma melhorou o controle sobre o magistério com a criação do Departamento de Ensino e ampliou a obrigatoriedade do ensino, aumentando a demanda por professoras e promovendo novas concepções sobre o papel das mulheres na sociedade no contexto de urbanização e início da produção industrial.

Conforme Alvarenga (2018) esclarece, não se trata de um processo de educação linear, nem tampouco marcado pela ausência de divergências e incongruências. Desse modo, esse movimento de pensar sobre o papel pedagógico de dispositivos situados para além da circunscrição da escolarização nos parece frutífero para compreender a formação do cidadão republicano que se pretendia fomentar no âmbito dos anos iniciais da Primeira República.

Formação que deveria ser considerada sobretudo no contexto histórico do período em que a equipe de Jerônimo Monteiro esteve à frente da gestão do governo estadual, especialmente pelo fortalecimento do discurso construído e disseminado por sua gestão (representada por sua figura pessoal) em relação à produção de supostas e anunciadas rupturas com o período precedente.

Um caso icônico que auxilia a compreender os questionamentos e reflexões sinalizados por Alvarenga (2018) é aquele analisado por Bezerra (2019) a respeito do *modus*

*operandi* da vigilância e controle sobre o magistério e, em última instância, sobre as mulheres, no contexto do início do século XX.

Bezerra (2019) toma como objeto de investigação o caso de demissão da professora Joanna Passos, que atuava em Regência, na cidade de Cachoeiro de Santa Leopoldina. Dá visibilidade, sobretudo, ao movimento de resistência empreendido por Joanna, visto que “[...] ela foi a única [dentre as pessoas demitidas da docência no período de governo de Jerônimo Monteiro] que, ao se mostrar publicamente inconformada, no meio jornalístico, movimentou consideravelmente a imprensa e a população capixaba” (Bezerra, 2019, p. 18).

O caso de Joanna dá visibilidade ao jogo polemológico empreendido no contexto da docência em solo capixaba, no contexto da Primeira República, especialmente sob o movimento reformador capitaneado por Gomes Cardim, por encomenda de Jerônimo Monteiro. Nesse jogo, Bezerra (2019) encontra evidências que permitem perceber a configuração da docência e da profissionalidade docente orientadas pela bússola do moralismo e/ou por afinidades políticas.

Bezerra (2019) observa que, apesar do interesse governamental na escolarização para promover o progresso e reduzir desigualdades, a influência dos coronéis persistia. Ele destaca que, durante a feminização do magistério na escola republicana, as professoras eram controladas por gestores públicos com base em demandas moralistas e modelos elitistas.

Ao descrever o contexto e as condições de exercício da docência no início do século XX no Espírito Santo, especificamente durante o governo de Jerônimo Monteiro, Bezerra (2019) ressalta que o autoritarismo no Espírito Santo, vinculado ao coronelismo, moralismo e patriarcalismo, consolidou discursos governamentais que definiam parâmetros para a educação e a formação de professoras com base em modelos comportamentais. Ela lembra que a violência moral e política foi usada para controlar a profissão docente, estreitando a relação entre o público e o privado e desvalorizando aspectos essenciais para a afirmação da docência, especialmente para as professoras.

Essas análises também fornecem elementos que se contrapõem à narrativa oficial dos documentos governamentais da época. Não se trata de anular esses discursos, mas de contribuir para uma narrativa historiográfica verossímil<sup>10</sup>, na medida em que entendemos que os documentos monumentalizam narrativas que disputam estatuto de verdade. A “virtude” da professora Joanna Passos foi questionada como estratégia para deslegitimar sua posição como docente. Desse modo,

para efetivar sua demissão, foram levantadas dúvidas sobre sua moralidade associadas à sua ‘virtude’, Joanna entra no jogo das alegações levantadas contra ela, prontificando-se a se submeter a um teste de virgindade, o que se estabelece como uma das principais estratégias jogadas pela professora (Bezerra, 2019, p.87).

Ao submeter-se a um exame que comprovasse sua virgindade, esta foi atestada. No entanto, Bezerra (2019) alerta sobre os princípios que sustentaram o processo de demissão de Joanna. A defesa de Joanna Passos na imprensa, baseada na comprovação de sua virgindade, revela a relação estreita entre docência e prescrições morais de gênero, utilizando os mesmos princípios tanto para acusá-la de incompetência quanto para defendê-la.

---

<sup>10</sup> A noção de verossímil a que nos referimos está fundamentada em Ginzburg (1989) e corresponde à compreensão de que os vestígios e indícios utilizados na construção da narrativa do historiador não correspondem a uma “Verdade”, mas a uma narrativa possível de ser construída. A esse respeito Pesavento (2006, p. 4) acrescenta: “Na reconfiguração de um tempo - nem passado nem presente, mas tempo histórico reconstruído pela narrativa -, face à impossibilidade de repetir a experiência do vivido, os historiadores elaboram versões. Versões plausíveis, possíveis, aproximadas, daquilo que teria se passado um dia. O historiador atinge pois a verossimilhança, não a veracidade. Ora, o verossímil não é a verdade, mas algo que com ela se aparenta. O verossímil é o provável, o que poderia ter sido e que é tomado como tal”.

É evidente, por meio das produções mapeadas, que a educação do cidadão republicano não era limitada a um conjunto específico de dispositivos estratégicos como as escolas isoladas e os grupos escolares, sobretudo no contexto urbano da capital. As intervenções sobre o cenário urbano também precisam ser tomadas como objeto de análise para pensar o movimento de republicanização do Espírito Santo.

### **(Algumas) Considerações**

Em que pesem as importantes contribuições das investigações identificadas, é possível perceber que os esforços empreendidos se debruçam sobre o processo de escolarização, de modo privilegiado, para pensar a educação do indivíduo republicano no início do século XX, no contexto do estado do Espírito Santo. A urbe, muito mais que o espaço urbano, tem sido tangenciada por algumas das iniciativas mapeadas, mas não há concentração de esforços no sentido de assumir o espaço urbano como lócus privilegiado para pensar a educação dos sentidos e a força das sensibilidades no projeto republicano.

A Educação Física e a própria produção historiográfica da Educação Física capixaba, como campos de produção de conhecimentos, ainda têm se enveredado pouco na exploração desse tipo de movimento analítico, conforme pode ser evidenciado no presente levantamento. O maior quantitativo de esforços analíticos ainda se concentra no âmbito da Educação, com forte vinculação ao processo de escolarização.

Dessa percepção decorre a compreensão de que é necessário ampliar o olhar e as análises a respeito do projeto republicano, de modo a considerar o caráter pedagógico da cidade projetada pelas reformas como parte de um cenário complexo onde a vida ocorre.

É preciso, sobretudo a partir das movimentações táticas dos indivíduos em constante relação com os dispositivos estratégicos (Certeau, 1994), levar em consideração as condições locais de materialização do projeto republicano, de modo a não incorrer no erro de endossar um discurso de importação de outros modelos advindos de estados circunvizinhos ao Espírito Santo. Essa movimentação deixa vestígios que precisam ser minuciosamente examinados para a construção de uma narrativa verossímil (Ginzburg, 1989) a respeito do período proposto para análise.

Uma constatação importante é a implantação do Grupo Escolar Gomes Cardim e de suas práticas educativas na capital capixaba em condições não ideais, especialmente do ponto de vista higiênico, segundo representantes do governo estadual e da República. Isso destaca como as intervenções na capital buscavam materializar os princípios de higiene.

Portanto, é relevante ampliar o olhar das práticas pedagógicas no processo de escolarização para incluir as práticas também pedagógicas operadas na reorganização do cenário urbano, quando se perspectiva a educação dos corpos que fazem usos dos espaços sociais reconfigurados com as reformas desenvolvidas no espaço urbano, por meio da educação dos sentidos e das sensibilidades. Isso nos permite não apenas produzir uma narrativa que considere as condições da localidade, mas também auxilie na proposição de possibilidades de diálogo com o cenário nacional.

### **Referências**

ALENCAR, Ingrid Reis de Freitas Schmitz de. Escolarização no norte do Espírito Santo no início do século XX: das escolas isoladas aos grupos escolares. 2016. *Dissertação* (Mestrado em Educação) - Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2016.

- ALVARENGA, Elda. A inserção das mulheres no magistério capixaba: desdobramentos possíveis no trabalho docente no Estado do Espírito Santo (1845-1920). 2018. *Tese* (Doutorado em Educação) - Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2018.
- ALVES, Vanderson Moreira Silva. A produção do espaço urbano de Vitória-ES pela construção imobiliária entre o final do século XIX e meados do século XX. 2015. *Dissertação* (Mestrado em Geografia) - Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2015.
- ASSIS, Elezeare Lima de. O Grupo Escolar Gomes Cardim na perspectiva histórica do Espírito Santo nos anos iniciais da República: uma instituição escolar entre edificações (1908-1926). 2014. *Dissertação* (Mestrado em História) - Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2014.
- BELLINI, Anna Karine de Queiroz Costa. Espaços públicos abertos e o usufruto da paisagem: 1860 a 1916 - Vitória (ES). 2014. *Dissertação* (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) - Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2014.
- BEZERRA, Ariadny. Supremo escândalo: o caso de Joanna Passos e o exercício do magistério no Espírito Santo no início do século XX. 2019. *Dissertação* (Mestrado em Educação) - Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2019.
- BONATTO, Jaklane de Souza Almeida. A construção histórica da profissionalidade docente no Espírito Santo (1908-1930): um estudo sobre as reformas educacionais de Gomes Cardim e Atílio Vivacqua. 2005. *Dissertação* (Mestrado em Educação) - Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2005.
- BOREL, Tatiana. A configuração da docência no Ginásio do Espírito Santo (1906-1951). 2017. *Tese* (Doutorado em Educação) - Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2017.
- CAMPOS, Karen Calegari Santos. A educação do corpo no projeto republicano na cidade de Vitória (1908-1912). 2016. *Tese* (Doutorado em Educação) – Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2016.
- CENTRO DE MEMÓRIA DA EDUCAÇÃO FÍSICA E DO ESPORTE CAPIXABA (CEMEFEC). *Acervo de teses e dissertações*. Vitória, ES: Centro de Educação Física e Desportos, Universidade Federal do Espírito Santo, [2024]. Acesso em: 12 mar 2024.
- CERTEAU, Michel de. *A invenção do cotidiano: artes de fazer*. 7. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1994.
- COSTA, Cíntia Moreira da. “O Éden desejado e querido”: história, fotografia e educação no Espírito Santo durante a Primeira República (1908-1912). 2016. *Dissertação* (Mestrado em História) - Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2016.
- CUNHA, Karolina Dias da. Inspeção de Higiene Pública do Espírito Santo: políticas de assistência à saúde em tempos de epidemias. 2016. *Dissertação* (Mestrado em História) - Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2016.
- ELIAS, Norbert. *O processo civilizador: uma história dos costumes*. 2. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2011. v.1.
- GINZBURG, Carlo. *Mitos, emblemas e sinais: morfologia e história*. Tradução de Federico Carotti. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

- HOBBSAWN, Eric. *A invenção das tradições*. 10. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2015.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE INFORMAÇÃO EM CIÊNCIA E TECNOLOGIA (IBICT). *Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD)*. Brasília, DF: IBICT, [s.d.]. Disponível em: <https://bdtd.ibict.br/>. Acesso em: 18 fev. 2026.
- LE GOFF, Jacques. *História e memória*. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 1990.
- LIMA, Lidiane Picoli. Práticas de escolarização da educação física no Espírito Santo: o Grupo Escolar Bernardino Monteiro (1908 a 1925). 2013. *Dissertação* (Mestrado em Educação Física) - Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2013.
- LOCATELLI, Andrea Brandão. Espaços e tempos de grupos escolares capixabas na cena republicana do início do século XX: arquitetura, memórias e história. 2012. *Tese* (Doutorado em Educação) - Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2012.
- MONTICELLI, Fernanda Ferreyro. Processos de exclusão da/na escola no Estado do Espírito Santo na Primeira República (1889-1930). 2014. *Tese* (Doutorado em Educação) - Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2014.
- NOVAES, Izabel Cristina. República, escola e cidadania: um estudo sobre três reformas educacionais no Espírito Santo (1882-1908). 2001. *Tese* (Doutorado em História e Filosofia da Educação) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2001.
- NOVAES, Maria Anna Xavier Serra Carneiro de. A emergência do grupo escolar e a produção, pela diferenciação, das “Escolas Isoladas” no Espírito Santo (1908-1916). 2020. *Dissertação* (Mestrado em Educação) - Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2020.
- OLIVEIRA, Marcus Aurélio Taborda de. Pesquisas sobre a educação dos sentidos e das sensibilidades na história da educação: algumas indicações teórico-metodológicas. *Revista História da Educação*. v. 24, 2020. DOI: <https://doi.org/10.1590/2236-3459/97469>.
- PESAVENTO, Sandra Jatahy. História & literatura: uma velha-nova história, *Nuevo Mundo Mundos Nuevos* [En línea], Debates, 2006, Puesto en línea el 28 janvier 2006. Disponível em: <http://nuevomundo.revues.org/index1560.html>. Acesso em: 05 jan 2023.
- PEZZIN, Ana Cláudia. A educação pública primária espírito-santense: vestígios da matemática na formação de professores no período de 1892 a 1960. 2015. *Dissertação* (Mestrado em Ensino na Educação Básica) - Universidade Federal do Espírito Santo, São Mateus, 2015.
- SALETTTO, Nara. *Sobre a política capixaba na Primeira República*. Vitória, ES: Arquivo Público do Estado do Espírito Santo, 2018.
- SILVA, Mayara Grazielle Consentino Ferreira da. Algumas considerações sobre a reforma urbana Pereira Passos. *Urbe: Revista Brasileira de Gestão Urbana*, v.11, p.e20180179, 2019. DOI: <https://doi.org/10.1590/2175-3369.011.e20180179>.
- SUETH, José Cândido Rifan. *Espírito Santo, um estado “satélite” na Primeira República*: de Moniz Freire a Jerônimo Monteiro (1892-1912). Vitória: For&Cultura, 2006.
- VASCONCELLOS, João Gualberto Moreira. *A invenção do coronel*. 2. ed. rev. e ampl. Vitória: Edufes, 2018.